



Em torno da (des)igualdade dos sexos e da educação das mulheres: Subsídios para os direitos humanos no século XVIII em Portugal

About sex (in)equality and women education:
Remarks on human rights in the eighteenth-century Portugal

*Susana Mourato Alves-Jesus*¹

RESUMO

No presente artigo caracterizamos o modo como era apreendido o universo feminino no séc. XVIII em Portugal e observamos de que forma se assistiu paulatinamente, neste contexto, a uma consciencialização para os direitos das mulheres, por via da afirmação da igualdade entre os sexos e de uma educação alargada a todos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Direitos Humanos. Portugal. Igualdade. Educação.

ABSTRACT

In the present article, we address the way in which the female universe was apprehended in the eighteenth-century Portugal and we observe how, in this context, there was a gradual acknowledgment of women's rights, through the affirmation of sex equality and education extended to all.

KEYWORDS: Women. Human Rights. Portugal. Equality. Education.

* * *

Ao bater-me pelos direitos da mulher, o meu argumento principal está edificado sobre este princípio simples: se não for a educação a prepará-la para ser a companheira do homem, será ela a parar o progresso do conhecimento e da virtude; porque a verdade tem de ser comum a todos ou será ineficaz no que à influência sobre a prática generalizada diz respeito. E como se poderá esperar que a mulher colabore, a menos que ela saiba por que motivo deve ser

¹ Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL-FLUL). Cátedra CIPSH de Estudos Globais da Universidade Aberta. Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes (IECCPMA). Investigadora no *Projeto Pombalia* | *Para a Construção de um corpus pombalino* (PTDC/HAR-HIS/32197/2017). Email: susana.alves@campus.ul.pt.

virtuosa? A menos que a liberdade lhe fortaleça a razão, até que ela compreenda o seu dever, e veja de que maneira ele está ligado ao próprio bem? Se é para as crianças serem educadas de molde a entenderem o verdadeiro princípio do patriotismo, a mãe tem de ser patriota; e o amor à humanidade, do qual brota uma série bem ordenada de virtudes, só pode ser produzido tendo em consideração o interesse moral e civil da humanidade; mas, presentemente, a educação e a situação da mulher excluem-na de tais investigações. (WOLLSTONECRAFT, 2017, p. 29)

Se olharmos por todos os Séculos, e por todos os Países, veremos igualmente as Mulheres igualmente adoradas e oprimidas. O Homem, no mesmo tempo seu escravo e seu tirano, não tem jamais esquecido um só momento de se aproveitar da fraqueza que lhes supõe natural, e abusar da sua injusta e altiva soberba, olhando o animal seu semelhante como de uma espécie inferior, e baixa. Abuso e barbaridade nascida da educação. ([HUM AMIGO DA RAZÃO], 2013, p. 248)

Enquadramento introdutório

Setecentos constituiu-se como largo palco para a emergência de uma era de revoluções² e de ideias também elas revolucionárias face ao quadro de valores de Antigo Regime³, que visavam subverter; uma época determinante, de chegada e de partida para diversos temas caros ao pensamento ocidental, que vinham sendo burilados pela modernidade e que, neste período, encontram balanço e sistematização, abrindo para novos desenvolvimentos⁴.

² Designa-se por *era das revoluções* o período de transição entre o Antigo Regime e a época constitucional, que virá caracterizar a história da Europa e do Ocidente entre os sécs. XVIII e XIX. Cf., e.g., HOBBSAWM (2012). De notar que, já no séc. XVII, a Revolução de 1688 (*Glorious Revolution*) é tida também como de capital importância para o percurso preparatório revolucionário. Cf. PENA (1997). Em particular para o caso americano, veja-se SOROMENHO-MARQUES (2002).

³ A expressão “Ancien Régime” é tida como vulgarizada por Alexis de Tocqueville, que a fixa no título da sua obra *L’Ancien Régime et la Révolution* (1858), mas o termo surge logo após 1789, em diversos escritos e discursos revolucionários, marcando a rutura histórica perante uma ordem antiga e a afirmação da nova ordem inaugurada pela Revolução Francesa (TULARD, FAYARD & FIERRO, 1987, p. 521). Veja-se também FURET & OZOUF (1988, pp. 627 ss.).

⁴ O projeto da modernidade, em elaboração desde o séc. XVI, trata-se, para Boaventura de Sousa Santos, em perspetiva sociocultural, de um projeto “ambicioso e revolucionário”, mas “muito complexo”, por isso dado a “desenvolvimentos contraditórios”, e que claramente integra a noção de direitos humanos. Cf. SANTOS (1989-90, p. 20).

Conceitos como a liberdade, a tolerância, ou o universalismo são largamente revisitados com o advento das Luzes, bem como se verificam mais amplas referências ao “género humano”, evocando-se, em sintonia, o valor da igualdade entre todos os homens de todos os povos e nações, independentemente dos lugares ou tempos que habitam. Em concomitância, também uma renovada ideia de humanidade se afirma, enquanto lugar de encontro dos indivíduos, onde mesmo os mais vulneráveis alcançam foros de especial proteção. Como assinalou Georges Gusdorf (1972, p. 533), o humanitarismo e a filantropia tornam-se também eles características da civilização das Luzes, resultado do desenvolvimento das ciências naturais. Desenvolvem-se laços imperativos de solidariedade entre os indivíduos, em particular para com os mais carentes, crianças e mulheres incluídos.

Evidenciar-se-á de igual modo uma linguagem dos direitos (de características operatórias mais vincadas a partir da sua fixação nas diversas declarações que surgem em especial no final do séc. XVIII), direcionada cada vez mais também a grupos até então menos visíveis:

Les êtres les plus faibles et les plus exposés, les femmes et les enfants, se voient reconnaître des droits à l’existence sous la forme spécifique qu’elle revêt chez chacun d’entre eux. La curiosité neuve pour l’existence féminine et enfantine est attestée aussi bien par la réflexion des penseurs que par les œuvres des écrivains et des artistes. La réévaluation générale de la vie suscite une analyse différentielle de la condition humaine, principe d’un enrichissement de la culture. (GUSDORF, 1972, p. 534)

Neste sentido, por via desta revalorização da humanidade como um todo, o universo feminino passaria também a auferir de um especial olhar e a demandar particulares direitos, com reflexos relevantes em simultâneo no espaço do Império Português.

Um renovado olhar sobre o universo feminino

Até ao dealbar da época das Luzes, à figura feminina atribuíam-se diversas virtudes, mas de igual modo numerosos vícios. Anjo e demónio, a mulher tinha a capacidade de representar o mais adorável dos seres, pela sua beleza e delicadeza, mas também tornar-se a mais detestável criatura, pelos seus dotes inatos para a malícia, para a lascívia, entre outros particulares caracteres. Se os atributos femininos eram muitas vezes apresentados nesta compaginação entre pontos positivos e negativos do comportamento e índole das mulheres, não raro prevaleciam os segundos, chegando a mulher ao dealbar da época contemporânea definida em grande medida pelos parâmetros patriarcais de entendimento subalterno da figura feminina. Ainda que autores existissem que, com alguma liberdade, propusessem a figura feminina não apenas pelos seus moldes depreciativos e até lhe atribuissem uma certa preponderância nos seus escritos, a subalternidade feminina nunca se encontrou colocada em causa, para uma efetiva mudança de paradigma⁵.

Será no tempo dos Iluminismos que emergirá uma maior preocupação sobre o lugar da mulher na sociedade e a necessidade de afirmação de igualdade entre os sexos. Montesquieu assinalará, nas *Cartas Persas*, o seguinte:

Há também a questão de saber se a lei natural submete as mulheres aos homens. Não, dizia-me há dias um filósofo muito galante: a natureza

⁵ No espaço do Império Português, um autor que tratou nos seus escritos a caracterização da mulher, antes da época dos Iluminismos, foi o Padre António Vieira. No séc. XVII a obra vieiriana reflete não raro os diversos modos de encarar a figura feminina à luz dos parâmetros da época. José Eduardo Franco e Maria Isabel Morán Cabanas (2008), em ensaio premiado, sistematizaram e analisaram com minúcia este tema. O livro *O Padre António Vieira e as Mulheres*, de título aparentemente desconcertante, consiste no catálogo fundamentado das figuras femininas, fictícias ou reais, inscritas no sermoneário vieirino e organizadas, por estes dois estudiosos, em perspetiva contrastante, à luz de duas entidades bíblicas fundamentais da estética barroca: Eva, mulher-tentação, e Maria, mulher-redenção. Não é, pois, este nem um indiscreto estudo sobre Vieira, nem um simples levantamento sistemático dos passos em que o padre jesuíta se reporta a figuras femininas; antes é um documento fundamentado, que os seus autores inseriram desde logo, em palavras introdutórias, na necessidade do estudo dos sermoneiros com o intento da obtenção de “um maior conhecimento das mentalidades, atitudes, doutrinas e comportamentos que dominam a sociedade de uma época determinada.” (FRANCO & MORÁN CABANAS, 2008, p. 15). Do pecado para a salvação, da demonização do elemento feminino para a manifestação da sua virtude, Franco e Morán Cabanas revelam essa faceta bipolar da mulher no pensamento barroco da época de Vieira: a mulher, um ser inconstante por natureza. A astúcia, o egoísmo, a hipocrisia, a lascívia, faltas terríveis do género feminino. Foram estas que, materializadas em Eva, a primeira das mulheres, a primeira e fatal pecadora, impeliram o Homem para a queda adâmica.

nunca ditou tal lei; o domínio que exercemos sobre elas é uma verdadeira tirania; elas permitiram-no por serem mais meigas do que nós e, por conseguinte, mais dotadas de humanidade e de razão; estas vantagens, que lhes dariam com certeza superioridade se tivéssemos sido razoáveis, obrigaram-nas a perdê-la, porque não o somos. (MONTESQUIEU, 2015, p. 96)

Foram ganhando paulatinamente terreno algumas vozes que sublinham a importância da valorização feminina, por via de uma educação mais cuidada e abrangente, também com vista à conquista de direitos subjetivos e relevância cívica e política para esta metade da humanidade, que afinal haveria ainda de ser obnubilada aquando da aclamação dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789⁶. Olympe de Gouges apontaria essa falta por meio da elaboração de uma *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*,

⁶ Foi no quadro de Setecentos que a afirmação dos direitos das mulheres, enquanto direitos da humanidade, ganhou destaque, apesar de alguns notórios antecedentes que possibilitam leituras sobre a emancipação no feminino. Localiza-se na época medieval a denominada *Querelle des Femmes*, com origens apontadas em torno da figura de Christine de Pizan, ou de Marie de Gournay, com o seu escrito *Égalité des Hommes et des Femmes* (1622). Sobre estas duas autoras e a famosa “querela”, veja-se OTERO VIDAL (1997). Para uma perspetiva abrangente sobre a “querela”, veja-se o recente trabalho de DUBOIS-NAYT, HENNEAU & KULESSA (2016). Trata-se do último volume de quatro dedicados em exclusivo a este tema. Os primeiros três volumes são respetivamente os seguintes: VIENNOT & PELLEGRIN (2012); DUBOIS-NAYT, DUFOURNAUD & PAUPERT (2013); HAASE-DUBOSC & HENNEAU (2013). No entanto, apenas no contexto revolucionário de finais do séc. XVIII se tem afirmado a existência de um movimento mais alargado em florescimento e consolidação para a defesa dos direitos das mulheres, num quadro de igualdade perante o género masculino, tendo como uma das suas bases fundamentais a valorização da educação feminina. Sobre este tema em especial, veja-se, e.g., RODRIGUES (2011). Nesta dissertação apontam-se em especial as obras de Mary Wollstonecraft, *Thoughts on the Education of Daughters* (1787), de Catharine Macaulay, *Letters on Education* (1790), e de Hannah More, *Strictures on the Modern System of Female Education* (1799), como contributos de relevo para a afirmação dos direitos no feminino, uma vez que também estas autoras “acreditavam que os defeitos tradicionalmente atribuídos à mulheres não eram de natureza biológica, isto é, não eram inerentes à sua condição feminina, mas antes um produto social, fruto da sua educação e do seu lugar no seio da sociedade.” (RODRIGUES, 2011, p. 10). Esta necessária mudança de paradigma que se reivindicava articulava-se também com a questão de uma mais alargada participação cívica e política: “Assim, este século assiste a profundas convulsões ao nível da mentalidade social, especialmente no que concerne ao modo como as mulheres eram vistas e ao papel que desempenhavam na sociedade, como prova a controvérsia existente relativamente aos direitos das mulheres, não só a nível educacional (a tônica dominante no início do século), mas também a nível cívico e político, mais óbvio no final do século, muito propiciado pelos ventos revolucionários vindos de França e da América do Norte que incentivavam a mulher a adoptar uma postura mais reivindicativa.” (RODRIGUES, 2011, p. 10). No entanto alerta-nos a autora desta tese para a seguinte ressalva: “Há que salientar o facto de Wollstonecraft, Macaulay e More visarem de forma muito clara a mulher da classe média. A mulher da classe trabalhadora detinha uma posição laboralmente activa, mas sem aspirações educacionais ou cívicas. Quer trabalhasse na indústria que tomava já peso significativo, quer na esfera doméstica, a mulher trabalhadora permanecia na dependência masculina familiar e patronal.” (RODRIGUES, 2011, p. 30). Para outros trabalhos fundamentais sobre o tema da mulher e dos seus direitos na época dos iluminismos, tenha-se em conta KNOTT & TAYLOR (2005). Veja-se ainda a expressão da filosofia no feminino durante a Época das Luzes a partir do contributo recente de VANOFLEN (2020).

em 1791 (GOUGES, 2010)⁷. Seria decapitada em 1793 (cf., *e.g.*, MOUSSET, 2017; AZOULAY, 2016).

A valorização da esfera pública, e a frequência de diversos espaços de convívio cultural - um pouco também à semelhança do que acontecera com alguma timidez durante a época renascentista (DELUMEAU, 2004, p. 368-372) - permitiram, de igual modo, um novo olhar em torno da figura feminina (LOUSADA, 1996)⁸.

Mãe, mulher, amante: persistências de um ideal feminino

Durante o séc. XVIII, alguns foram os autores portugueses que apresentaram nos seus escritos a figura da mulher vista à luz da época, sendo possível elencar obras e autores que, de alguma forma, trouxeram para primeiro plano o lugar do feminino no enquadramento sociocultural coevo, sintonizando mesmo, em alguns casos, com um certo espírito de valorização e emancipação que fermentava no quadro das ideias e das mentalidades, com especial destaque a partir do tempo de aclamação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento que afinal excluía as mulheres como detentoras desses mesmos direitos que se intitularam universais.

Francisco Xavier de Oliveira, o Cavaleiro de Oliveira, reservou amplo espaço à descrição dos mais distintos caracteres femininos nos seus escritos epistolográficos e jornalísticos. Este autor tem nas mulheres um dos *topoi* recorrentes da sua escrita, no entanto, descrevendo-as com frequência sob um ponto de vista ambíguo: “Que huma molher possa ser honesta, fermosa, agradável, e entendida, tambem o creyo, porem que seja o seu Coração’ sem artificio, e o seu entendimento sem extravagancia, nada creyo.” (OLIVEIRA, t. II, 1742, p. 38)

⁷ Para um fac-símile do texto original, veja-se COLE (2011, pp. 233 ss.).

⁸ No caso português, Vanda Anastácio refere-nos que estes espaços contavam (em particular as ditas “assembleias”, presididas por mulheres) com diversas figuras femininas de importância destacada no espaço sociocultural da época, como a Condessa do Vimieiro, D. Teresa de Mello Breyner (1739-c. 1793), ou Joana Isabel Forjaz de Lencastre (1745-?). (ANASTÁCIO, 2009, p. 37). Denota esta estudiosa que o período de vigência mais destacada destas assembleias se deu durante o tempo do Marquês de Pombal, o qual envidou esforços no sentido da modernização da sociedade da época: “A política do Ministro de D. José I procurou, de facto, modificar a condição feminina no sentido de uma aproximação aos costumes do Norte da Europa. Este aspecto é bem visível, por exemplo, na legislação relativa ao luto das viúvas ou ainda no projecto de inauguração de um ‘passeio público’ aberto às senhoras.” (ANASTÁCIO, 2009, p. 41). Veja-se também dois trabalhos mais recentes da mesma estudiosa: ANASTÁCIO (2010 e 2015).

São as mulheres para o Cavaleiro ciumentas, naturalmente fracas, lascivas, coléricas⁹; atormentadas e fantasiosas¹⁰; interesseiras (OLIVEIRA, t. II, 1742, pp. 267 ss.)¹¹. Atribui, no entanto, o autor igualdade entre homens e mulheres no que respeita aos defeitos de ambos:

Espero que não' recebaes a minha advertencia como critica, e espero que mostreis esta Carta a Mademoiselle Genoveva, para que se persuada, como sempre lhe digo, que deffendo no que sey a igualdade que se encontra nos deffeitos de ambos os sexos. (Oliveira, t. I, 1741, p. 167)

Ainda assim, são as mulheres um mal necessário, que Oliveira mimoseia com o seu peculiar génio:

Tornando ao nosso caso digno a V. S. que sendo os defeitos do sexo conhecidos pelas mesmas molheres, que nao' há homem tao' amante dellas que lhos não' note. [...] O queijo com bichos he a delicia de muitas pessoas, e finalmente a molher com todos os seus podres, he necessaria, e he boa companhia do homem desde o principio do mundo, por juiso, e por disposiçao' do Supremo Creador de todas as cousas. (OLIVEIRA, t. II, 1742, p. 86)

⁹ Sobre o ciúme, a fraqueza, a lascívia e a cólera nas mulheres: “O temor de perder o que se ama he muito mais forte no animo das molheres que no dos homens, e sendo a molher naturalmente medrosa, a experiencia nos ensina que em ella sendo Ciosa he summamente destimida. Huma molher instigada do Ciume he muito mais intrépida do que vos na execucao' de todos os crimes. [...] A molher naturalmente fraca, e precisada a necessitar da companhia, do patrocínio e do governo do homem igualmente o ama, e igualmente teme perde-lo. Sendo ella na minha opiniao' mais constante do que o homem he em amar, recebe com essa qualidade muito mayores impressoens do que nos dos movimentos do amor, e do Ciume. A lascivia he tambem huma poderosa causa do excesso desta payxao', e como a molher (falando com o devido respeito) he mais lasciva do que nos por natureza, essa a obriga como por força a ser muito mais ciosa. Finalmente ou sendo a molher ou mais colerica, ou mais facil a enfurecer-se; e sendo certamente o animal em que a raiva, e a ira mais se conserva, essas circunstancias transformando nas occazioens o seu Ciume em loucura, a capacita', e a habilita' à operacao' das culpas mais horrorosas.” (OLIVEIRA, t. I, 1741, pp. 124-125). Acrescenta o Cavaleiro: “Perdoe-me o bellissimo sexo que venero, porem não' sey dizer que haja animal tao' feroz que tenha a crueldade da molher sendo ciosa.” (OLIVEIRA, t. I, 1741, p. 125).

¹⁰ Exemplifica o Cavaleiro: “Era, finalmente como a Senhora Condeça, da qualidade daquelas molheres, que parece que so nascêrao' para faserem desesperar o Genero humano, sendo engenhosas em se atromentarem, e em atromentarem a todos os que vivem com ellas: fallo das que tem sempre a cabeça cheya de visoens, e de fantasias que provao' mais os efeitos de hum Coraçao' enfermo, que os de hum spirito mal disposto, e que são' ordinariamente as victimas da sua própria extravagancia, e obstinaçao'.” (OLIVEIRA, t. I, 1741, pp. 385-386).

¹¹ Em torno dos caracteres das mulheres, veja-se o recente ensaio de ANTUNES (2015).

São também as mulheres um complemento imprescindível à humanidade:

Os homens, e as molheres (deyxai-me explicar assim) são' creaturas imperfeitas, sendo como humas ametades huns dos outros. A humanidade dividida em dous sexos, so pella uniao' de ambos se acha propriamente completa. Cada sexo recebeo certos merecimentos de agrados que deve ao outro sexo, e exaqui a mutua communicacao' de fermosuras particulares que faz a fermosura geral da Natureza. (OLIVEIRA, t. II, 1742, p. 194)

Atribui em particular um lugar especial às mulheres portuguesas, considerando-as como as “principaes de todo o Orbe”. (OLIVEIRA, t. I, 1741, p. 62)

No entanto, o Cavaleiro, para além do espaço que dedica a falar sobre as características do belo sexo, não avança numa direção de emancipação perante a figura masculina, mantendo em destaque as características da mulher ideal enquanto mãe, mulher e amante:

Nao' forao' as molheres creadas para apurar a alegria, e para adoçar o amertume da vida humana? He certo. Seria logo huma idea baixa, e indigna a de estima-las como objectos proprios somente para satisfazer a vista. Despojando-as assim da grandesa natural do seu poder, as meteríamos ao nível das suas figuras pintadas. A fermosura que acompanhada pella virtude captiva o entendimento, e o coração', forma outro objecto que he infinitamente mais nobre. As prendas de huma molher viciosa por grandes que sejaso' sao'insipidas, e desengraçadas se se compàrao' com os agrados reaes da innocencia, da piedade, da modestia e da sinceridade de *Discriçao'*. Estas, e outras virtudes ajuntao' nova doçura à que he natural ao sexo, e adornao', e conservao' para o dizer claramente a fermosura. Aquella mesma virtuosa graciosidade, e honestidade, que finalmente abandonou huma vez a moça mais modesta, se pode conservar na ternura da May, na fidelidade da Molher, e na prudencia da Amante. (OLIVEIRA, t. II, 1742, p. 105).

Na verdade, em carta “a respeito do entendimento, e da Sciencia das mulheres”, deixa marcada na sua escrita uma visão até de algum modo surpreendente no conjunto dos escritos de um autor que não se abstém de falar longamente sobre as mulheres e de lhes destacar qualidades:

Nao' he minha tencao' negar que as molheres tem entendimento. Eu mesmo tenho observado o muito que agradao' as que tem juiso, porem nao' posso persuadir-me a que o seu spirito seja acompanhado das circunstancias necessarias para faserem grandes progressos no estudo das sciencias abstractas. Examinar os mysterios da Natureza, conhecer os Elementos, e fazer estrada pelo abysmo dos seculos, são' cousas muy superiores às suas forças. Cessem pois de nos invejar huma ventagem que temos realmente mais do que ellas da parte do entendimento, e aprendao' emfim a se servir das suas poucas, e pequenas luses para se sogeitarem melhor ao serviço de Deos, e ao dos homens, sem se intermeterem em profundas Philosophias, em elevadas Mathematicas, nem em altas Cavallarias. [...] As molheres que conheço com mais juiso digo a V. M. que são' aquellas que não' fasem ostentaçao' do que tem, tendo muito. As que presumem ser Scientificas, Philosophicas, Mathematicas, Rhetoricas, Historicas, Politicas, e Poeticas são' ao mesmo tempo Maleficas, Magicas, Pessimas, Speciosas, Preciosas, e Maledictas molheres de que Deos nos livre, e Guarde a V. M. por muitos annos. (OLIVEIRA, t. II, 1742, p. 230-231 e 234).

Fica deste modo o Cavaleiro de Oliveira a meio do caminho de uma defesa completa para a dignificação da mulher enquanto sujeito de plenos direitos. Apesar do largo espaço que dedica ao motivo da mulher no conjunto da sua obra (o que, na verdade, não deixa de ser um contributo importante no percurso para uma consciencialização sobre este tema), Francisco Xavier de Oliveira mantém a postura patriarcal perante o género feminino. Se dúvidas houvesse, numa carta que dedica em exclusivo à educação das mulheres traz-nos à clara luz a defesa da edificação feminina, mas naquele sentido para que

sejam boas esposas e mães de família, não sendo necessários mais ensinamentos para além destes (OLIVEIRA, t. II, 1742, p. 327 ss.).

Representações emancipatórias: igualdade e direitos naturais

Apesar da insistência na desigualdade entre homens e mulheres e na conseqüente aceitação da inferioridade do sexo feminino perante o masculino no quadro da literatura e da cultura portuguesas de Setecentos, será, na verdade, nesta mesma centúria que a querela das mulheres, que se reavivava na Europa, se faz sentir igualmente em território nacional.

Alguns escritos iam dando nota do modo injusto como as mulheres eram vistas, enquanto desiguais e inferiores aos homens. Silvestre Silvério da Silveira e Silva (pseudónimo), no livro *Governo do Mundo em Seco* (1748), reserva espaço a referências de interesse enquanto tomadas de consciência acerca do lugar dado às mulheres. Destacamos um dos passos em que estas são reconhecidas como alvo de injustiça perante os homens:

Ao sexo feminino succedeo este desastre, quando Deos creou a Eva de Adaõ, como se a fizera criada delle; e pois a submeteo ao seu mando, e ao seu regimen, que ha de succeder, senaõ desagradarem no que fizerem, por mais que façãõ? O dono de huma casa, quebrando hum copo de preço por onde bebia, castigou a huma criada por ter a culpa, já que lhe naõ trouxera a agua em hum pucaro de barro. Enfeitaõ-se os homens, que foraõ criados só para Deos e enfeitaõ se as mulheres, que também foraõ criadas para os homens; porém como eles governaõ, ellas he que pagaõ. [...] E se houver homem taõ lince, que veja o argueiro nos olhos alheyos, e naõ a tranca nos seus, haja quem lhe atire com ela aos lombos, já que elle bota para traz das costas o que faz sem razaõ alguma, e olha para o que fazem os outros com alguma desculpa, e o melhor de tudo será naõ olharem os homens para as mulheres, nem as mulheres para os homens, como dous inimigos encubertos, que passaõ hum pelo outro, trocendo ambos o focinho; já que pódem estar todos na certeza de que naõ he outro o seu cuidado, mais que de se enganarem mutuamente: e entre tanto advirtaõ os criticos, que o polido do diamante naõ lhe tira

a virtude, e o dourado da pirola não lhe desfaz a natureza. (SILVA, 1748, p. 242-244)

Quanto a Paula da Graça, tem sido apontada como pioneira enquanto autora de páginas em defesa da igualdade entre mulheres e homens em Portugal. Por oposição aos discursos pontuados pela atribuição à mulher de um lugar recatado, no seio da família, com uma educação vocacionada para este fim, esta autora (de que ainda subsiste a dúvida em torno da veracidade do seu nome, ou pseudonímia) avança pela defesa da igualdade entre os sexos, em opúsculo intitulado *Bondade das Mulheres Vindicada e Malícia dos Homens Manifesta*¹². Em resposta ao título *Malícias das Mulheres*, da autoria de Baltazar Dias, editado pela primeira vez em 1640 e reeditado no ano de 1713, a *Bondade das Mulheres Vindicada* serve de apologia, com recurso a uma estrutura literária em verso, às qualidades femininas, contra uma injusta atribuição às mulheres do defeito de maliciosas pelo autor quinhentista. Apelando ao direito natural de defesa¹³, a suposta autora defende o sexo feminino, num manifesto ímpar, no quadro da época em Portugal, pela igualdade dos sexos¹⁴. Com o opúsculo pioneiro de Paula da Graça, inaugurava-se de certa forma uma lenta emergência da escrita no feminino, em defesa da igualdade face ao domínio masculino¹⁵.

¹² Para a mais recente apresentação e abordagem em torno deste escrito veja-se LOPES (2019). Neste mesmo volume, é reeditado na íntegra o opúsculo de Paula da Graça em consideração é reeditado em GRAÇA (2019). Para uma recente antologia de escritos com incidência na questão feminina, remetemos para o importante trabalho de ANASTÁCIO (2013). Com a colaboração de Inês de Ornellas e Castro, José Félix Duque, Pedro Sena Lino, Isabel Morujão e Hugo Neto, Vanda Anastácio apresenta-nos um elenco de diversos escritos portugueses de autoria feminina e masculina que destacam o lugar da mulher nos diversos espaços e tempos em que foram redigidos. O texto *Bondade das Mulheres Vindicada e Malícia dos Homens Manifesta* (Vanda Anastácio preserva a leitura original “vindicada”) também encontra transcrição integral nesta antologia (ANASTÁCIO, 2013, pp. 186-199).

¹³ Deste modo fundamenta Paula da Graça o seu discurso: “Também suponho que os homens (ainda falando com aqueles que devemos respeitar por senhores, por doutores e por juizes, a quem não compreendemos, porque só com os do povo galhofeamos) não estranharão que usemos daquele direito natural que tão lícita faz a própria defesa, quando se guarda a moderação que a faz inculpada; porque nisto cuidei tanto que, se os firos, é só com a mesma ação com que vos defendo.” (GRAÇA, 2019, p. 345)

¹⁴ Assim verseja, dando como garantia dessa igualdade a alma humana: “Que os filósofos fatais/ que na matéria falaram,/ em que vos fossem iguais/ as mulheres, não acharam/ contraditório, jamais./ Todos assentam que não/ (excepto alguns mui borrachos)/ temos real negação,/ pois não são fêmeas ou machos/ as almas com distinção.” (GRAÇA, 2019, p. 353). Apela ainda para a consciência masculina em defesa dessa verdade: “De tudo, por consequência,/ resulta a vossa maldade,/ e toda a nossa inocência./ Não negarei[s] tal verdade,/ se tiverdes consciência.” (GRAÇA, 2019, p. 356).

¹⁵ Fina d’Armada, que propôs uma das primeiras abordagens a este escrito, denominou-o como “primeiro grito revolucionário”. (ARMADA, 2008). Vanda Anastácio considera que até ao séc. XVIII em Portugal a história social das mulheres caracteriza-se por um profundo *silêncio*: “Estudar a história das mulheres

A meio do séc. XVIII, destacamos outra obra versando o tema do universo feminino, esta de cariz romanesco. *As Aventuras de Diófanos* surgem em 1752 (com 2.^a ed. em 1777). Texto da autoria da irmã do autor Matias Aires, traz-nos sem reboços a linguagem da igualdade de direitos reivindicados para o sexo feminino:

Não resplandece em todas a luz brilhante das sciencias; porque elles occupão as aulas, em que não terião lugar, se ellas as frequentassem, pois temos igualdade de almas, e o mesmo direito aos conhecimentos necessários: e o dizerem que as nossas potencias são o refugio das suas, porque não sabemos entender, ajuizar, aprender, e queremos sempre o peor, he sobra de maldade, e insofrível semrazão, quando há sempre nelles mais que reprehender, e nas mulheres muito que louvar, menos naquelas, que muito os atendem, porque elles as arruinão. (ORTA, 2002, p. 104)

Este romance de Teresa Margarida da Silva e Orta (sob o pseudónimo criptográfico Dorothea Engrassia Tavadreda Dalmira) tem sido associado a uma tentativa de vindicação dos direitos da mulher. Assim é o entendimento de Maria de Santa-Cruz, na “Introdução” que faz à edição recente deste romance: “Em 1752, 40 anos antes da publicação de *Vindication of the Rights of Woman* de Mary Wollstonecraft, publicavam-se, em Lisboa, *Máximas de Virtude e Formosura*, assinadas com pseudónimo ou criptónimo feminino: Dorothea Engrassia Tavadreda Dalmira.” A mesma investigadora, não hesita de seguida em relevar, da parte desta autora do séc. XVIII, a “ousadia de reivindicar os direitos da Mulher” (ORTA, 2002, p. 11)¹⁶.

como um grupo social, a sua presença no campo intelectual e o modo como se relacionaram com a cultura escrita entre os séculos XV e XVIII é uma tarefa que conduz, necessariamente, a reflectir sobre o sentido do silêncio.” (ANASTÁCIO, 2013, p. 29). De resto, relembramos que o silêncio foi um dos atributos e virtudes da mulher já desde a Antiguidade Clássica. (CURADO, 2008, p. 24)

¹⁶ Fernando Cristóvão apontara também já para “a reivindicação da dignidade e direitos da mulher”, presente nas *Aventuras*. (CRISTÓVÃO, 1983, p. 141). Maria de Santa-Cruz considera ainda ser este “sem dúvida, o primeiro romance, em língua portuguesa, assinado por uma mulher; o primeiro romance anti-absolutista e o único do século XVIII; o único romance doutrinário do Iluminismo. E ainda o único que, na sua síntese modelar, critica o governo absolutista, idealiza e legisla uma governação liberalista inspirada em Locke (Livros IV e VI) e faz o prognóstico da independência do ‘reino dos bárbaros’, educados e, mais tarde, governados pelo rei estrangeiro que os liberta e, regressado ao reino imperial, aconselha a eleição de ‘um entre os naturais’, pois ‘são grandes e por vezes irreparáveis os danos que se seguem de ser o Soberano estrangeiro’ (Livro IV). Defende a completa abolição da escravatura. Faz

Cerca de uma década mais tarde surgirão duas cartas dedicadas ao mesmo combate no feminino. D. Gertrudes Margarida de Jesus (falecida em 1761) apresenta-se como a autora da *Primeira e Segunda Carta Apologética em Favor, e Defesa das Mulheres*, que vêm em resposta a um escrito de vigorosa enfâse misógina, da autoria de Fr. Amador do Desengano (fl. 1761): o *Espelho Crítico*¹⁷.

Mas não só de expressa autoria feminina surgiam os textos que prestavam atenção ao tema do feminino. Cerca de 1790, o autor designado “Hum Amigo da Razão” haveria de dar ao prelo uma breve reflexão intitulada *Tratado sobre a Igualdade dos Sexos ou Elogio do Merecimento das Mulheres*¹⁸. Neste tratado as mulheres surgem, face aos homens, como “o Animal nosso semelhante” (ANASTÁCIO, 2013, p. 247), com semelhantes deveres:

Os deveres dos dois Sexos, sendo nos seus géneros respectivos diversos, são, enquanto ao seu fim, os mesmos; pois que igualmente se encaminham à virtude e à glória: logo preenchidos estes pelos diversos indivíduos, fazem o merecimento igual. O Monarca no Trono, o Magistrado no Tribunal, o Cidadão na Corte, o Soldado no Campo, etc., a todos estes manda a razão e a honra desempenhar o seu ministério no lugar; ou posto que ocupam; donde lhes resulta a sua glória e o seu merecimento. Como ordinariamente só os Homens nasceram para o Trono, para o Tribunal e para o Campo; nada mais fazem quando desempenham com glória estes lugares, senão cumprirem com os deveres que a Natureza e a Razão lhes impõem: logo a Mulher, cujos deveres igualmente impostos pela Natureza e pela razão são o ser honesta, virtuosa, olhar pelo próprio crédito, vigiar sobre a família, fazer a felicidade do seu Esposo, atender à economia da casa, criar os filhos em respeito e virtude, etc., estes deveres, que fazem a sua glória e o seu

outro prognóstico: o do Terror no Reino de Arnesto, o déspota iluminado (Livro IV).” (ORTA, 2002, p. 21). Fernando Cristóvão havia também já considerado “verdadeiramente revolucionária a publicação das Aventuras de Diófanes, ocorrida em 1752, no início do consulado pombalino, estabelecendo com o governo de Pombal o mesmo contraste que valeu ao autor do Telémaco tantas represálias e humilhações.” (CRISTÓVÃO, 1983, p. 145)

¹⁷ Estes escritos encontram transcrição recente também em ANASTÁCIO (2013, pp. 225-243).

¹⁸ Opúsculo reeditado em ANASTÁCIO (2013, pp. 247-261).

merecimento, as põem no seu género a par do Soberano, do Magistrado, do Cidadão, do Soldado, etc. pois que, igualmente como estes, satisfazem às leis da Natureza e da razão. Isto concedido, eis aqui estabelecida a igualdade dos Sexos no desempenho dos seus deveres, e matéria bastante para o Elogio do Merecimento das Mulheres, pelo que pertence aos seus talentos, facilidade e faculdade de adquirirem conhecimentos e ideias de tudo o que as cerca. (ANASTÁCIO, 2013, p. 247-248)

Deste modo, são também destacadas como igualmente capazes de desempenhar empregos públicos, entre os quais o autor refere desde logo o acesso ao Trono, onde tantas mulheres desempenham funções, tal como a rainha de Portugal à época, D. Maria I: “E, sem querer fazer o Elogio da nossa Augustíssima Soberana, qual não é o seu merecimento e a sua glória no desempenho do Trono que ocupa? Que provas não vemos em a nossa Soberana Rainha, dos talentos e capacidade do Sexo Feminino?” (ANASTÁCIO, 2013, p. 253). Mas aquele ponto em que homens e mulheres se definem radicalmente como iguais é nas propriedades da alma humana. Desta fundamental característica nos dá conta o ignoto autor: “As Mulheres são iguais aos Homens na capacidade da alma, facilidade e faculdade de adquirirem conhecimentos e aplicá-los a um fim racional, sábio e justo, segundo os seus projectos e intentos.” (ANASTÁCIO, 2013, p. 254)

Expondo diversos argumentos filosóficos a sustentar as iguais capacidades das almas da mulher e do homem, e tendo como ponto de apoio a rejeição do inatismo das ideias, o autor prossegue com a apresentação de diversos exemplos de mulheres ilustres que vingaram na República das Letras. Em conclusão, no entanto, consideramos que a defesa de igualdade proposta por este “amigo da razão” fica aquém do anunciado; se não vejamos como conclui o opúsculo:

Não sejamos, pois, desarrazoados e injustos para quem faz, por tantos modos, a nossa felicidade. Se lhes tributamos tantos obséquios e adorações, quando pretendemos, não sejamos fingidos e ingratos, depois que possuímos. Ponhamos tudo na razão. Os deveres dos dois Sexos,

como está mostrado, são no seu género os mesmos, portanto, o merecimento igual. As Mulheres são tão capazes como os Homens para tudo que uns e outros se propõem: e uma Mulher virtuosa, honesta, sábia, económica, prudente, que olha pelo seu crédito e respeito; que adoça os trabalhos do seu Esposo; que lhe faz a existência cómoda e feliz; que sabe instruir a sua família na virtude e Religião; capaz de amar e defender o bem amado; uma Mulher, enfim, que sabe desempenhar com fama e glória os seus deveres, é o melhor tesouro que se pode possuir sobre a terra. (ANASTÁCIO, 2013, p. 261)

No final do séc. XVIII damos conta de outro autor que dedica largo espaço, no conjunto da sua obra, à reflexão sobre a condição feminina coeva. Trata-se de Luís Caetano de Campos, que deu ao prelo a narrativa ficcionada intitulada *Viagens d'Altina* ([CAMPOS], 1790-1792)¹⁹ – curioso título, que recorda aqueloutro célebre de Jonathan Swift, *As Viagens de Gulliver* (1726). *As Viagens d'Altina* são uma narrativa ficcionada que relata a história da donzela Altina circulando por diversos lugares reais, mas também por um espaço de incerta localização, a terra dos Povos Balinos, onde tudo é diverso do real, mas patente de ser colocado em prática. A narrativa é constituída pelas viagens da protagonista e incorpora diversas outras micronarrativas²⁰. Os temas tratados nestas histórias são diversos, indo da exposição de técnicas e métodos da Agricultura, a breves tratados de Física, com a explicação do movimento das marés, ou do sistema de Copérnico e sua crítica, mas fazem-se também relatos de quadros críticos à escravatura, ou à submissão dos filhos à vontade dos pais no que à escolha livre das suas vidas diz respeito. O autor

¹⁹ O *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva (vol. V, pp. 235-238; vol. XIII, p. 353), indica-nos que não se sabe ao certo em que ano nasceu Luís Caetano [Altina] de Campos (c. 1750). Terá tido problemas com o poder estabelecido, tendo que fugir para o estrangeiro. Inocêncio denota que o seu nome surge muitas vezes ligado à Intendência de Pina Manique e Matos de Vasconcelos. Homem viajado e adepto das ideias da Revolução Francesa e devoto da *Enciclopédia* (aliás faz o seu elogio expresso nas *Viagens d'Altina*), passou por Londres e por Paris, onde acabaria por morrer, em 1820, deixando inacabada a sua última obra *Rêves des Philosophes Devoilés par l'Examen de la Science de la Nature*, cujo primeiro tomo saiu nesse mesmo ano. Traduziu diversas obras do francês. A sua obra mais conhecida são as *Viagens d'Altina*.

²⁰ A presente obra é enquadrável na época de proliferação de narrativas de viagem, algumas das quais tinham também o intuito de servirem de paródia aos inúmeros relatos que se faziam dessa natureza. Ao mesmo tempo, e para além dessa função parodiante, visavam, antes de mais, e de acordo com o que nos indica Vanda Anastácio, “tomar a viagem como ponto de partida para uma reflexão crítica sobre a sociedade do seu tempo.” (ANASTÁCIO, 2006, p. 2)

destaca a necessidade do tratamento do *outro* com humanidade, da busca constante do bem-estar de cada um pelo seu semelhante, de um tratamento justo e com equidade, de acordo com os sagrados direitos da humanidade. Neste quadro, por diversas vezes Caetano de Campos evoca com insistência a igualdade entre homem e mulher. Destacamos um eloquente excerto em que se apela à igual racionalidade das mulheres e ao seu lugar enquanto metade da humanidade: “Que razões podeis alegar, que não sejam inteiramente sofisticas, para desterrar da ordem dos racionais todo o sexo feminino, que pelo menos forma metade do Género humano?” ([CAMPOS], t. III, 1792, p. 190) Afirmando a primazia da razão também no horizonte feminino, o nosso autor alude de igual modo, expressamente, à capacidade de as mulheres desempenharem os mesmos cargos que aqueles destinados aos homens (exceção feita à questão da força):

Eu perguntei a Cilda, depois de fazer esforços para sufocar o riso, a que esta cena cómica me provocava, se as mulheres eram também soldados, e se faziam a guerra como os homens; e porque não? Me respondeu ela. O Autor da Natureza não pôs mais diferença entre as mulheres, e os homens, do que a necessária para a propagação. Nós temos como eles braços, pernas, e todas as faculdades intelectuais, e o valor, a habilidade, e a disciplina decidem ainda mais do que a força, da sorte dos combates; e nós podemos adquirir como eles todas estas qualidades, sendo conduzidas por uma boa educação. As mulheres são reputadas em todo este Reino tão aptas, e próprias para os empregos como os homens, e não há um só de que elas sejam excluídas, quando os seus merecimentos pessoais lho fazem merecer. A experiência tem mostrado até agora, que à exceção da força, não há uma só cousa, em que elas sejam inferiores aos homens. ([CAMPOS], t. I, 1790, p. 230-231)

Diversos outros quadros humanizantes podem ser identificados ao longo da presente narrativa. O apelo à liberdade humana ou a necessidade da tolerância são temas caros a Caetano de Campos. A par destes, inúmeras considerações negativas se tecem às sociedades da época. Christopher Lund

aponta o texto *As Viagens d'Altina* como a crítica velada à sociedade pombalina e pós-pombalina, fazendo o levantamento de diversos pontos em que o autor Luís Caetano de Campos expressa, por meio da narração ficcionada, essa mesma crítica. Lund vê ainda neste texto português de finais do séc. XVIII a confluência com o “evangelho dos Direitos do Homem” (LUND, 1998, p. 91), aventando mesmo a hipótese de, por via do tom feminista que atravessa muitos dos episódios da narrativa, estas *Viagens* configurarem em Portugal aquilo que Wollstonecraft ou Ganges representaram no contexto europeu da época (LUND, 1998, p. 95)²¹.

Considerações finais: educação e emancipações

Se é manifesto que paulatinamente se vinham verificando testemunhos que dão destaque ao lugar da mulher na sociedade da época, esta valorização continuou, no entanto, a dar-se em esfera restrita. Na verdade, e em particular no que tocava à questão da educação, as mulheres pertencentes à alta aristocracia continuavam a constituir um nicho privilegiado, com acesso a uma formação mais acurada²². Será deste nicho que emergirá uma das figuras mais influentes da transição entre o séc. XVIII e o séc. XIX, D. Leonor

²¹ Luís Caetano de Campos revela-se ainda um autor de grande interesse para o estudo da situação da mulher na transição entre o séc. XVIII e o séc. XIX em Portugal também pelos registos que deixou no periódico da sua autoria *Bibliotheca Universal, Extrahida de Muitos Jornais e das Obras dos Melhores Escritores Antigos e Modernos pelo Author das Viagens de Altina* (1803-1805). No texto de apresentação da publicação, o autor dá conta que ali irá expor diversos temas, bem como traduzir histórias retiradas de textos estrangeiros (o mesmo nos reflete desde logo o título da publicação). Os temas de eleição serão a Política, a Filosofia, a Moral. Outros serão igualmente tratados, como a História, bem como estórias curiosas de diversas partes do mundo, edificantes, ou apenas apontamentos sobre os mais diversos temas. Caetano de Campos dedica longas páginas à temática da mulher, a que se refere logo na Apresentação. Fornece uma “História Universal das Mulheres por uma Sociedade de Senhoras” desde a Antiguidade Clássica (n.º II), bem como faz um levantamento sobre “As Mulheres da Revolução Francesa” (VII, 1804, Art. I, com continuação noutros números).

²² A formação feminina ajudava as meninas a serem boas esposas e mães de família, conforme nos aponta Áurea Adão: “As reformas pombalinas incidindo na criação de uma rede estatizada de Estudos menores dirigiram-se à educação dos rapazes. Em fins do século XVIII, era em nome dos seus deveres de mães, de educadoras de seus filhos, que concedia às meninas o direito de frequentar uma aula elementar, particular ou conventual, como lugar de educação moral e religiosa e de aprendizagem dos trabalhos manuais femininos, ou, mais raramente, uma aula de matérias específicas, como meio de inserção no grupo social a que pertenciam.” (ADÃO, 2014, p. 56) Teodoro de Almeida foi uma das figuras que se destacaria na promoção da educação feminina em Portugal, em particular pela sua estreita ação relacionada com as Visitandinas. Zulmira Santos (2004) releva-nos o lugar que Almeida aufere em conjunto com Pina e Proença, Verney e Ribeiro Sanches, “no limitado conjunto de autores que, em Portugal, no século XVIII, se preocuparam com a discussão e elaboração de programas pedagógicos.” Sobre a educação no feminino, Santos sublinha: “Aliás, pelo que respeitava às meninas, estes programas mais não faziam que revalorizar as propostas humanistas, reproduzidas, de algum modo, nos modelos formulados por Fénelon ou Rollin, que muito inspiraram os quadros pedagógicos das Luzes declinados no feminino, sobretudo em Portugal.” (SANTOS, 2004, p. 993)

de Almeida Portugal (1750-1839), a Marquesa de Alorna, incontornável mulher das Luzes e escritora dos temas que enformavam a resistência da época, entre os quais a preocupação com a questão feminina, como nos aponta Vanda Anastácio, em introdução às *Obras Poéticas* desta autora:

É o caso da recusa do *Despotismo* e do *Fanatismo*, duas palavras muito usadas na época para referir aquilo a que chamaríamos hoje o totalitarismo e a intolerância religiosa. Ao longo de toda a vida D. Leonor empunhará a pena para defender em verso a liberdade de pensamento, o livre arbítrio em matéria religiosa, a liberdade de ação coletiva, a independência individual e o direito de soberania dos povos. É nesta constelação temática que podemos incluir a preocupação recorrente com a defesa da dignidade das mulheres, da sua força moral, capacidades intelectuais e predisposição para a virtude. (ALORNA, 2015, p. 18)²³

Ainda assim, assistindo-se, no quadro das Luzes, em Portugal, ao surgimento de certas figuras que postulam a igualdade entre homens e mulheres, persistirá maioritariamente a defesa das qualidades femininas no quadro de uma sociedade patriarcal, enquanto mães, esposas, amantes²⁴. É facto que se demanda o alargamento da educação feminina, no entanto, em especial, vocacionado para a esfera privada, não promovendo uma verdadeira reivindicação do direito à educação para o desempenho de direitos cívicos e políticos. Verney, por exemplo, apesar de considerar necessária a educação feminina, nomeadamente no *Verdadeiro Método de Estudar*, não entra na defesa da igualdade em sociedade entre homens e mulheres²⁵.

²³ Vanda Anastácio aponta alguns dos textos onde Alorna se posiciona em defesa da dignidade feminina, como por exemplo, a “Epístola a Alceste”, a “Epístola de Isabel Clesse a seu pai”, ou a “Epístola a Natércia” (IBIDEM). Para uma perspetiva global sobre a vida e a Obra da Marquesa de Alorna, veja-se, em especial, ANASTÁCIO (2009); também, de modo sintético, mais recentemente, *idem*, “Nota bibliográfica”, in ALORNA (2015, pp. 31-40). Sobre Alorna e o seu contexto histórico-cultural, veja-se, e.g., CASTRO (2003). Não queremos deixar também de mencionar o romance documentado sobre o contexto e a figura de Alorna, como personagem incontornável do fim do Antigo Regime em Portugal, pela pena de ORTA (2011).

²⁴ Veja-se, por exemplo, a defesa de um papel mais interventivo da mulher, em especial no que respeita à educação para os valores e para a moral, pelo prelado Azeredo Coutinho (VAZ, 1995).

²⁵ É patente que Verney sustenta a igualdade entre homens e mulheres no que toca à alma e ao entendimento, afirmando que a diferença entre ambos reside na questão da educação: “Pelo que toca à capacidade, é loucura persuadir-se que as mulheres tenham menos que os homens. Elas não são de

Ao mesmo tempo, os espaços de sociabilidade popularizam-se, mas de igual modo as “assembleias” dirigidas por mulheres não deixam de decorrer em casas de família, sob a tutela dos esposos, e no seio das classes altas (aristocracia e alta burguesia), constituindo, como ressalva Vanda Anastácio, “uma liberdade muito relativa” (ANASTÁCIO, 2009, p. 42). Publicações de autoria feminina também eram muito reduzidas, consequência da pouca liberdade com que as senhoras podiam expor os seus escritos: “Tal como a generalidade das mulheres de letras europeias do mesmo período, as intelectuais portuguesas tinham consciência dos limites que lhes eram impostos pela sociedade e pelos costumes do seu tempo. Mesmo quando conseguiam conquistar um lugar no mundo das letras, o seu campo de manobra continuou a ser restrito.” Ainda assim, e auxiliando-nos também do entendimento de Vanda Anastácio sobre o tema: “Conseguiram, contudo, desempenhar um papel, através dessa sociabilidade nova que se lhes oferecia, por intermédio da literatura.” (IBIDEM, p. 43)

Apenas o séc. XIX e, com mais expressão, o início do séc. XX viriam a assistir à gradual emancipação feminina em Portugal. Nomes como D. António da Costa, ou Lopes Praça haveriam de levantar as suas vozes na defesa de uma igual dignidade feminina na sociedade do seu tempo (PRAÇA, 1872; COSTA, 1892); o movimento mais alargado de emancipação, onde pontificaram obras como as de Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete,

outra espécie no que toca à alma; e a diferença do sexo não tem diferença com a diferença do entendimento. A experiência podia e devia desenganar estes homens. Nós ouvimos todos os dias mulheres que discorrem tão bem como os homens, e achamos nas histórias mulheres que souberam as ciências muito melhor que alguns grandes leitores que nós ambos conhecemos. Se o acharem-se muitas que discorrem mal fosse argumento bastante para dizer que não são capazes, com mais razão o podíamos dizer de muitos homens. Compare Vossa Paternidade uma freira moça da corte com um galego de meses, e verá quem leva vantagem. De que nasce esta diferença? Da aplicação e exercício, que um tem e outro não tem. Se das mulheres se aplicassem aos estudos tantas quantos entre os homens, então veríamos quem reinava.” (VERNEY, 2018, p. 644). No entanto, o autor do *Verdadeiro Método* não avança para uma real defesa da igualdade das mulheres no que toca ao acesso a uma educação que não seja vocacionada apenas para o papel de mães, esposas, e ecónomas do lar. (IBIDEM, pp. 644 ss.). A apontar para uma emancipação mais avançada, encontramos alguns versos de Francisco Joaquim Bingre (1763-1856), que consideramos pertinente assinalar, por exortarem à ascensão das mulheres a cargos que não apenas o de esposas e mães: “Neste século das luzes, a ciência/ Das mulheres, tem fama esclarecida./ Ó pena!... Sendo assaz a efervescência/ De seus grandes talentos, tão sabida./ Porque não são chamadas à igualdade/ Desta nossa moderna Sociedade?! Talvez que elas também no Parlamento/ Como os grandes varões, sábias, orassem;/ E que, soltando as asas do talento,/ A descobrir o bem melhor voassem!.../ Das nossas precisões conhecimento/ Elas tem: pode ser remédio achassem/ Aos males que nos cercam: há exemplos/ De muitas que acalmaram contratempus.” (BINGRE, 2000, pp. 52-61, vv. 236-249).

Carolina Beatriz Ângelo ou Maria Amália Vaz de Carvalho, ou a instituição da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908), constituiria um passo importante para expressão efetiva da luta em favor da igualdade de direitos entre homens e mulheres no nosso país²⁶, uma demanda afinal ainda em processo (COMISSÃO, 2015).

Referências

Fontes impressas

ALORNA, M. *Obras Poéticas*. Coord. Carlos Reis, Introd. e Nota Bibliográfica Vanda Anastácio. Lisboa: INCM, 2015.

BINGRE, F. J. *As Mulheres, Poema Heroico e Apologético em Três Cantos: Das Graças, das Armas e das Letras*. In: *Obras de Joaquim Francisco Bingre*. vol. II. Porto: Lello, 2000, p. 52-61 (vv. 236-249).

[CAMPOS, L. C.] *Viagens d'Altina, nas Cidades Mais Cultas da Europa, e nas Principaes Povoações dos Balinos, Póvos Desconhecidos de Todo o Mundo*. 3 ts. Lisboa: Na Offic. De Simão Thaddeo Ferreira, 1790-1792.

COSTA, D. A. *A Mulher em Portugal: Obra Posthuma Publicada em Benefício de Uma Creança*. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1892.

GOUGES, O. *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Trad. Isabel Robalinho. Funchal: Nova Delphi, 2010.

GRAÇA, P. *Bondade das Mulheres Vindicada e Malícia dos Homens Manifesta*. In: *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, vol. 14 (*Primeiros Textos sobre Igualdade e Dignidade Humanas*, coord. Daniel Pires et alii). [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2019, p. 341-358.

[HUM AMIGO DA RAZÃO]. *Tratado sobre a Igualdade dos Sexos ou Elogio do Merecimento das Mulheres [Offerecido, e Dedicado as Senhoras Illustres de Portugal, por Hum Amigo da Razão]*. In: ANASTÁCIO, V. (Org.). *Uma Antologia Improvável: A Escrita das Mulheres (Séculos XVI a XVIII)*. Lisboa: Relógio d'Água, 2013.

MONTESQUIEU, *Cartas Persas*. Pref. Nuno Júdice. Lisboa: Tinta-da-China, 2015.

OLIVEIRA, F. X. *Cartas Familiares, Historicadas, Politicas, e Criticas. Discursos Serios e Jocosos*. t. I. Amsterdam (A la Haye): Chez Adrien Moetjens, 1741.

²⁶ Entre os diversos trabalhos que têm surgido nos últimos anos em torno da condição e da emancipação feminina em Portugal, vejam-se, por exemplo, os trabalhos de LOPES (2005); VAQUINHAS (2005); VENTURA (2016).

OLIVEIRA, F. X. *Cartas Familiares, Historicas, Politicas, e Criticas*. Discursos Serios e Jocosos. t. II. Haya: Em Casa de Adriam Moetjens, 1742.

OLIVEIRA, F. X. *Cartas Familiares, Historicas, Politicas, e Criticas*. Discursos Serios e Jocosos. t. III. [Haya]: [Adrien Moetjens], 1742.

ORTA, T. M. S. *Aventuras de Diófanes*. Ed. crítica Maria de Santa-Cruz. Lisboa: Caminho, 2002.

PRAÇA, J. J. L. *A Mulher e a Vida ou a Mulher Considerada Debaixo dos Seus Principaes Aspétos*. Coimbra: Liv. Portuguesa e Estrangeira, 1872.

SILVA, S. S. S. *Governo Do Mundo Em Seco, Palavras Embrulhadas Em Papeis, Ou Escritorio Da Razam, Exposto no progresso de hum Dialogo, em que são interlocutores hum Letrado, e o seu Escrevente, e as mais pessoas que se propuserem*. Lisboa: Na Off. De Francisco Luiz Ameno, 1748.

VERNEY, L. A. *Verdadeiro Método de Estudar*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2018 (*Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, vol. 27: Primeiro Tratado Pedagógico, coord. Adelino Cardoso).

WOLLSTONECRAFT, M. *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher*. Trad. Elisabete M. de Sousa, Pref. Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Antígona, 2017.

Estudos

ADÃO, A. A necessidade de um ensino público para as meninas, no início de Oitocentos: Das decisões políticas à instalação das primeiras escolas. *Interações*, n.º 28, p. 55-67, 2014.

ANASTÁCIO, V. *A Marquesa de Alorna (1750-1839)*. Lisboa: Prefácio, 2009.

ANASTÁCIO, V. Notes on the Querelle des Femmes in Eighteenth-Century Portugal. *Portuguese Studies*, 31, 1, p. 49-61, 2015.

ANASTÁCIO, V. Viajar com a imaginação: Jonathan Swift e Luís Caetano Altina de Campos. *Convergência Lusíada*, vol. 22, p. 157-174, 2006.

ANASTÁCIO, V. Women and literary sociability in Eighteenth-Century Lisbon. In: MONTROYA, A., GILLEIR, A., DIJK, S. van (ed.). *Women Writing Back/Writing Women Back: Transnational Perspectives from the Late Middle Ages to the Dawn of the Modern Era*. Leiden: Brill, 2010, p. 93-110.

ANTUNES, L. M. *As Malícias das Mulheres: Discursos sobre Poderes e Artes das Mulheres na Cultura Portuguesa e Europeia*. Lisboa: Esfera do Caos, 2015.

ARMADA, F. *O Livro Feminista de 1715: O Primeiro Grito Revolucionário*. Rio Tinto: Evolua, 2008.

AZOULAY, A. Olympe de Gouges (1748-1793). In: MARSO, L. J. (ed.). *Fifty-One Key Feminist Thinkers*. London-New York: Routledge, 2016, p. 93 ss.

CASTRO, A. P., et alii (coord.). *Alcipe e as Luzes*. Lisboa: Edições Colibri/Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003.

COLE, J. R. *Between the Queen and the Coby: Olympe de Gouges's Rights of Woman*. Montreal, Quebec: McGill-Queen's University Press, 2011.

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO. *Igualdade de Género em Portugal 2014*. Lisboa, 2015.

CRISTÓVÃO, F. A. Presença de Fénelon no espaço literário luso-brasileiro: Subsídios para um estudo. In: *Les Rapports Culturels et Littéraires entre le Portugal et la France: Actes du Colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1983, p. 135-150.

CURADO, A. L. *Mulheres em Atenas: As Mulheres Legítimas e as Outras*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2008.

DELUMEAU, J. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 2004.

DUBOIS-NAYT, A., DUFOURNAUD, N., PAUPERT, A. (dir.), *Révisiter la "Querelle des Femmes": Discours sur l'Égalité/Inégalité des Sexes, de 1400 à 1600*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2013.

DUBOIS-NAYT, A., HENNEAU, M.-E., KULESSA, R. (dir.). *Discours sur l'Égalité/Inégalité des Sexes en Europe, de 1400 aux Lendemain de la Révolution*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2016.

FRANCO, J. E., MORÁN CABANAS, M. I. *O Padre António Vieira e as Mulheres: O Mito Barroco do Universo Feminino*. Pref. Tom Earle. Porto: Campo das Letras, 2008.

FURET, F., OZOUF, M. (dir.). *Dictionnaire Critique de la Révolution Française*. [Paris]: Flammarion, 1988.

GUSDORF, G. *Dieu, la Nature, l'Homme au Siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1972.

HAASE-DUBOSC, D., HENNEAU, M.-E. (dir.). *Révisiter la "Querelle des Femmes": Discours sur l'Égalité/Inégalité des Sexes, de 1600 à 1750*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2013.

HOBSBAWM, E. J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Trad. António Cartaxo. 6.^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 2012.

HORTA, M. T. *As Luzes de Leonor*. Lisboa: Dom Quixote, 2011.

KNOTT, S., TAYLOR, B. (ed.). *Women, Gender and Enlightenment*. Basingstoke-New York: Palgrave Macmillan, 2005.

LOPES, A. M. C. *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos: Percursos de Modernidade*. [Lisboa]: Quimera, 2005.

LOPES, M. A. Da igualdade entre os sexos e da opressão das mulheres: alegações de uma portuguesa em 1715. In: *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, vol. 14

(*Primeiros Textos sobre Igualdade e Dignidade Humanas*, coord. Daniel Pires *et alii*). [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2019, p. 60-66.

LOUSADA, M. A. *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: Finais do Século XVIII a 1834*. Tese de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Universidade de Lisboa, através da Faculdade de Letras. Lisboa, 1996.

LUND, C. Viagens d'Altina as critique of Pombaline Portugal. *Hispanófila*, vol. 123, p. 91-96, 1998.

MOUSSET, S. *Women's Rights and the French Revolution: A Biography of Olympe de Gouges*, London-New York: Routledge, 2017.

OTERO VIDAL, M. "Christine de Pizan e Marie de Gournay, las mujeres excelentes y la excelência de las mujeres", in Rosa Maria Rodríguez Magda (ed.), *Mujeres em La Historia del Pensamiento*. Barcelona: Anthropos, 1997, p. 77-93.

PENA, J. O. M. *O Espírito das Revoluções: Da Revolução Gloriosa à Revolução Liberal*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora, 1997.

RODRIGUES, A. P. A. F. *O Despertar da Consciência Cívica Feminina: Identidade e Valores da Pedagogia Feminina de Finais do Século XVIII – Os Casos de Mary Wollstonecraft, Catherina Macaulay e Hannah More*. [Dissertação de] Doutoramento em Estudos de Literatura e de Cultura. [Lisboa]: FLUL/Departamento de Estudos Anglisticos, 2011.

SANTOS, B. S. Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade. O Estudo da História: *Boletim*, n.º 10-11 (II série) Lisboa: Associação dos Professores de História, p. 19-30, 1989-90.

SANTOS, Z. C. Para a história da educação feminina em Portugal no século XVIII: a fundação e os programas pedagógicos das Visitandinas. In: SILVA, F. R., *et alii* (Org.). *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: FLUP, 2004, p. 985-1001.

SOROMENHO-MARQUES, V. *A Revolução Federal: Filosofia e Debate Constitucional na Fundação dos E.U.A.* Lisboa: Edições Colibri, 2002.

TULARD, J., FAYARD, J.-F., FIERRO, A. *Histoire et Dictionnaire de la Révolution Française: 1789-1799*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1987.

VANOFLEN, L. (dir.). *Femmes et Philosophie des Lumières: De l'Imaginaire à la Vie des Idées*. Paris: Garnier, 2020.

VAQUINHAS, I. *Nem Gatas Borralheiras, nem Bonecas de Luxo: As Mulheres Portuguesas sobre o Olhar da História (Séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

VAZ, F. A. L. O pensamento e a acção pastoral do Bispo de Elvas, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821). *Ibn Maruán: Revista Cultural do Concelho de Marvão*, n.º 5, p. 94-96, dezembro de 1995.

VENTURA, A. *Silêncio e Virtude: Uma História da Maçonaria Feminina em Portugal (1814-1996)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2016.

VIENNOT, E., PELLEGRIN, N. (dir.). *Révisiter la “Querelle des Femmes”*: Discours sur l’Égalité/Inégalité des Sexes, de 1750 aux Lendemain de la Révolution. Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2012.

Recebido em 31 de outubro de 2020.

Aprovado em 18 de janeiro de 2021.